

Realização

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf)
Comitê Permanente de Educação, Cultura e Arte do Campo, das Águas e das Florestas (CPECAF)

Ministro do MDA

Luiz Paulo Teixeira

Secretária Executiva do MDA

Fernanda Machiaveli Morão de Oliveira

Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf)

Secretário Executivo do Condraf

Samuel de Albuquerque Carvalho

Comissão Organizadora

Comitê Permanente de Educação, Cultura e Arte do Campo, das Águas e das Florestas (CPECAF/Condraf)
Coordenação-Geral de Desenvolvimento Territorial, Educação do Campo e Ação Cultural (CGDT/MDA)
Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea/Incra)

Equipe de Elaboração do Documento

Estela Guilherme Zeferino
Luciana Coelho Barbosa
Luiz Henrique da Silva Portela
Marjorie de Almeida Botelho

Revisão

Danilo César Castro Lima
João Torrens
Roseli Bueno de Andrade

Projeto gráfico e diagramação

Samantha Pereira de Araújo Silva

Colaboradoras(es)

www.gov.br/mda

www.gov.br/cndrss3

www.gov.br/condraf

Sumário

1. Apresentação	4
2. Contextualização Geral	7
2.1 Políticas do MDA e diálogos com educação, arte e cultura	9
3. Bases Conceituais	12
Eixo 1: Cultura, Diversidade E Políticas Estruturantes	15
Eixo 2: Educação, Juventude, Mulheres E Sucessão Rural	19
4. Objetivos Da Conferência	23
5. Metodologia	25
5.1. Plenária Inicial: Apresentação E Alinhamento Metodológico	25
5. 2. Grupos De Trabalho: Debates Temáticos E Coleta De Contribuições	25
5.3. Sistematização Das Propostas: Organização E Validação Coletiva	26
5.4. Plenária Final: Apresentação, Debate E Priorização Das Propostas	26
6. Considerações finais	27
7. Referências	29

1.

Apresentação

Documento Orientador: Fundamentos e Diretrizes da Conferência Livre de Educação, Arte e Cultura do Campo, das Águas e das Florestas

Este Documento de Referência apresenta os fundamentos, motivações e diretrizes que orientam a Conferência Livre de Educação, Arte e Cultura do Campo, das Águas e das Florestas, sendo produto da construção coletiva entre movimentos sociais agrários, entidades culturais da sociedade civil, gestores públicos e pesquisadores. Seu objetivo primordial é fornecer subsídios para os debates e, conseqüentemente, para a formulação coletiva de propostas, nos dias 27 e 28 de janeiro de 2026.

A Conferência afirma-se como um espaço plural de reflexão, escuta e convergência, reunindo perspectivas diversas que compartilham o compromisso com a defesa da vida, da memória, dos saberes tradicionais e das identidades que compõem a sociobiodiversidade brasileira.

Promovida no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), esta iniciativa alinha-se diretamente à 3ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (3ª CNDRSS), cujo tema é Brasil Rural: Raiz da Vida, Fonte do Bem Viver. Este encontro reflete a prioridade política do Governo Federal na reconstrução institucional, evidenciada pela recente e estratégica criação do Comitê Permanente de Educação, Cultura e Arte do Campo, das Águas e das Florestas (CPECAF) no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural sustentável (Condraf), estabelecido pela Resolução Condraf nº 23, de 6 de setembro de 2024. A formalização do CPECAF representa um passo decisivo para a institucionalização dessas políticas como pilares centrais para a garantia de direitos e a dignidade das populações rurais.

A valorização ampliada da arte, da educação e da cultura dessas populações reflete o compromisso com a construção de políticas públicas transversais — um pilar de direitos e do desenvolvimento sustentável. Essa transversalidade é exemplificada pela atuação do Comitê Permanente de Educação, Cultura e Arte do Campo, das Águas e das Florestas do Condraf. Assim, as ações de cada órgão envolvido serão complementares, garantindo a promoção da autonomia dos povos e o desenvolvimento local.

Embora os avanços na educação do campo tenham sido significativos, sobretudo graças à luta histórica dos movimentos sociais que impulsionaram programas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e a Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas (Pronacampo), a política cultural destinada às populações rurais ainda permanece negligenciada. Enquanto a educação conseguiu ser incorporada à agenda estatal “de fora para dentro”, por pressão social organizada, a arte e a cultura dos territórios continuam sem um programa estruturado que reconheça e fortaleça suas expressões, identidades e práticas. Tal lacuna evidencia uma assimetria nas políticas públicas, já que, ao mesmo tempo em que existem iniciativas voltadas aos povos e comunidades tradicionais, falta um compromisso equivalente com a cultura camponesa, cuja valorização é essencial para consolidar direitos, preservar memórias e fortalecer territorialidades.

Reconhecemos os avanços, contudo, é preciso considerar que a cultura rural não está restrita apenas aos Povos e Comunidades Tradicionais. Ela abarca também os saberes práticos, as técnicas agrícolas, festas regionais, comidas típicas e formas de organização familiar e comunitária de toda a população do Campo, das Águas e das Florestas, expressando sua diversidade, pluralidade e importância de seu capital cultural. Portanto, é fundamental que no próximo ciclo do Plano Nacional de Cultura (PNC), essa pauta seja contemplada e incorporada de forma estrutural, garantindo efetivamente a ampliação desse conceito.

A Conferência está inserida em um momento de reconstrução institucional, onde o fortalecimento do MDA e do Condrap recoloca o desenvolvimento rural sustentável e solidário como prioridade estratégica. Nesse novo paradigma, educação, arte e cultura ascendem a uma posição central, estruturando modos de vida, sustentando práticas produtivas, e fortalecendo a capacidade de resistência e autonomia das populações. Ao mesmo tempo, este debate dialoga diretamente com temas estruturantes da 3ª CNDRSS, como o Bem Viver, os sistemas alimentares culturalmente referenciados, a centralidade dos saberes tradicionais, o papel estratégico da agroecologia e a luta contra o racismo ambiental. Tais reflexões reforçam que cultura e educação são pilares fundamentais para a soberania alimentar, a preservação ambiental e a justiça social.

A Conferência Livre de Educação, Arte e Cultura do Campo, das Águas e das Florestas foi concebida como uma etapa setorial, e seus eixos de debate foram estruturados para aprofundar as dimensões de Educação, Arte e Cultura, de forma a dialogar diretamente com os pilares da 3ª CNDRSS. Essa articulação garante a coerência política e metodológica com o processo nacional de desenvolvimento rural sustentável e solidário.

Eixos Temáticos da 3ª CNDRSS:

1. Papel da Agricultura Familiar frente às mudanças climáticas
2. Transformação agroecológica dos Sistemas Alimentares e fortalecimento da Agricultura Familiar
3. Reforma agrária e promoção do direito à terra, à água e ao território
4. Cidadania e Bem Viver para os povos do Campo, das Águas e das Florestas
5. Estado, participação popular e governança das políticas públicas para o Desenvolvimento Rural Sustentável

Eixos Transversais da 3ª CNDRSS:

1. Autonomia econômica das mulheres rurais
2. Autonomia e emancipação da juventude e sucessão rural
3. Promoção do etnodesenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais

A partir da análise de centralidade e transversalidade, e visando subsidiar a agenda do recém-criado CPECAF, a Conferência Livre definiu seus próprios Eixos Estruturantes, os quais dialogam com os eixos da 3ª CNDRSS acima mencionados:

Eixos Estruturantes:

1. Cultura, Diversidade e Políticas Públicas
2. Educação, Juventude, Mulheres e Sucessão Rural

Este Documento Orientador assume um caráter propositivo no âmbito da 3ª CNDRSS ao chamar atenção para um desafio recorrente nas políticas públicas: a insuficiente incorporação da educação do campo, da arte e da cultura como dimensões estruturantes do desenvolvimento rural. Ao evidenciar que essas dimensões ainda aparecem de forma marginal ou secundária em muitos processos decisórios, a Conferência Livre reivindica sua centralidade. Indica-se, com isso, caminhos para o fortalecimento de programas e marcos institucionais já existentes, assim como para a criação de novos mecanismos que garantam a sustentabilidade, continuidade e o enraizamento territorial das ações.

Em síntese, ao sistematizar essas reflexões iniciais, o documento cumpre a função de apresentar as bases conceituais e analíticas que nortearão a Conferência, reafirmando a importância da educação como instrumento de formação integral, da arte como forma de expressão coletiva e da cultura como fundamento dos modos de vida. Reafirma-se, portanto, que o desenvolvimento rural sustentável só será possível quando arte, cultura e educação forem tratadas como pilares estruturantes nos processos de planejamento, debate e decisão das próximas conferências e políticas nacionais, assegurando dignidade, direitos e futuro para os povos que constroem e renovam cotidianamente os territórios do campo, das águas e das florestas.

2.

Contextualização geral

O Brasil Rural é marcado por profunda diversidade social, cultural, ambiental e econômica, resultado de processos históricos que produziram modos de vida distintos, saberes próprios e relações singulares entre as comunidades e seus territórios. Longe de constituir um espaço homogêneo ou restrito à produção agrícola, o rural brasileiro se caracteriza pela multiplicidade de identidades, atividades e expressões culturais que configuram a sociobiodiversidade do país.

Essa complexidade tem sido reconhecida por abordagens contemporâneas que ampliam a compreensão dos territórios, incorporando dimensões simbólicas, culturais, ambientais, educativas e comunitárias que dão forma ao que hoje se denomina Novas Ruralidades. Esse conceito rompe com a visão dicotômica entre campo e cidade, valorizando a interdependência entre territórios e a pluralidade de atividades que sustentam a vida nos espaços rurais, desde práticas produtivas e extrativistas até manifestações culturais, iniciativas educativas, redes de solidariedade e tecnologias sociais desenvolvidas pelas próprias comunidades.

A realidade atual dos espaços de vida dos campos, águas e florestas revela desigualdades históricas e territoriais, disputas por terra, invisibilização e opressão de culturas, restrições de acesso a políticas públicas e impactos diferenciados das mudanças climáticas. Tais desafios são herança de uma estrutura fundiária secular, formalizada por marcos como a Lei de Terras de 1850, que desprezou quem vivia da terra e oficializou o apoio do Estado brasileiro ao latifúndio. Contudo, ao mesmo tempo em que enfrenta adversidades, o rural, abarcando campo, águas e florestas, se projeta como território de resistência, inovação e criação, no qual saberes ancestrais, práticas comunitárias, sistemas produtivos sustentáveis e formas próprias de organização social se articulam para garantir a reprodução da vida. Comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, pescadoras artesanais, agricultores familiares, camponeses e demais trabalhadores rurais, estão associados a sistemas de

conhecimento que agregam cultura, natureza e trabalho, contribuindo para a conservação dos biomas e a produção de alimentos saudáveis, adequados e culturalmente referenciados.

A Educação é fundamental para a transmissão de saberes, o fortalecimento de identidades, a formação das juventudes e das infâncias rurais, e a construção de projetos de futuro que integrem tradição, inovação e sustentabilidade. A Cultura expressa os modos de vida que sustentam a sociobiodiversidade, orienta práticas produtivas, organiza a vida comunitária e dá sentido à permanência nos territórios. Assim, articulando conhecimentos tradicionais e científicos, integrando a produção de alimentos, conservação ambiental e preservação da diversidade cultural, a Agroecologia é palavra-chave para um modelo de sociedade no qual as práticas educativas estão intrinsecamente relacionadas aos princípios de solidariedade, respeito à diversidade e transformação dos sistemas alimentares no Brasil.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o cenário brasileiro segue marcado por desigualdades históricas que afetam, de modo contundente, crianças, jovens e mulheres. Muitas vezes negligenciados nos dados oficiais, esses grupos ficam invisibilizados, o que prejudica a efetividade das políticas públicas. A garantia da infância plena no campo, nas águas e nas florestas exige a implementação de sistemas educacionais territorializados que integrem a arte, a cultura, a ludicidade e a convivência com a natureza, respeitando as vivências locais. Simultaneamente, a juventude rural enfrenta o risco da migração forçada devido à ausência de políticas integradas que assegurem oportunidades de estudo e trabalho.

A sucessão rural, essencial para a continuidade da vida no campo, depende diretamente da articulação entre educação, cultura e políticas territoriais que garantam dignidade e reconhecimento. Neste contexto, as mulheres exercem um papel estratégico como guardiãs da sociobiodiversidade, dos conhecimentos comunitários e são maioria na gestão de estabelecimentos rurais, mas seguem confrontadas por desigualdades estruturais (acesso à terra e invisibilidade do trabalho). Fortalecer seu protagonismo exige o enfrentamento dessas opressões e a garantia de equidade no acesso aos recursos e meios de produção. É importante ressaltar que esses grupos não devem ser compreendidos de forma homogênea, já que existem marcadores específicos de opressão de gênero, raça e classe.

No contexto da 3ª CNDRSS, essa diversidade é entendida como potencial estratégico para a construção de políticas públicas capazes de promover o Bem Viver, um horizonte que reconhece a centralidade das relações comunitárias, da justiça social, da dignidade humana, da preservação ambiental e das diferentes formas de expressão cultural. Nesse marco conceitual, cultura e educação deixam de ser tratadas como dimensões secundárias e passam a ocupar posição estruturante no debate sobre desenvolvimento rural.

2.1. Políticas do MDA e diálogos com educação, arte e cultura

As políticas públicas conduzidas pelo MDA constituem um campo estratégico de articulação direta com as dimensões da educação, da arte e da cultura nos territórios rurais. Embora muitas delas não se apresentem formalmente como políticas culturais, seus objetivos, instrumentos e formas de implementação dialogam profundamente com saberes tradicionais, práticas produtivas e processos formativos que estruturam o modo de vida dos povos do campo, das águas e das florestas. Uma leitura ampliada dessas políticas revela que a promoção do desenvolvimento rural sustentável depende da integração entre cultura, educação, território e justiça social, reconhecendo que são os sujeitos e seus sistemas de conhecimento que mantêm viva a socio-biodiversidade brasileira.

É importante ressaltar que o período entre 2016 e 2022 foi marcado por retrocessos, esvaziamento de políticas públicas e descontinuidade de programas sociais, acompanhados por uma redução drástica no orçamento de atividades e programas relacionados à Educação do Campo. Programas importantes como o Pronera, por exemplo, tiveram seu alcance e recursos severamente limitados, o que ameaçou sua continuidade. Como consequência, houve redução do número de escolas rurais, precarizando o acesso à educação para diversas comunidades. A descontinuidade dessas instituições não apenas dificulta o aprendizado, mas também impacta profundamente a identidade e a memória territorial das populações do campo. Neste cenário de retrocessos, intensificaram-se os ataques à própria concepção da Educação do Campo. Essa modalidade, construída com base na luta social, valoriza intrinsecamente culturas e saberes locais, utilizando métodos pedagógicos inovadores — como a Pedagogia da Alternância, que é fundamental no combate ao êxodo rural. O questionamento e o enfraquecimento contínuo dessa base conceitual representam uma ameaça direta, que tenta deslegitimar a capacidade da Educação de garantir uma formação verdadeiramente relevante e transformadora para as populações do Campo, das Águas e das Florestas.

A partir de 2023, o cenário de retrocessos que fragilizou a Educação do Campo começou a ser revertido, marcando uma fase de retomada e esforços institucionais para reestruturar e fortalecer as políticas públicas, com foco renovado na equidade e no reconhecimento da diversidade. Este movimento teve como ponto de partida a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, restabelecendo uma arquitetura institucional crucial que permitiu um foco renovado na Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA), evidenciada pelo ingresso de 50.592 famílias na PNRA em 2023. Em paralelo, o Pronera, vital para a formação superior e técnica dessas comunidades, demonstrou sinais de fortalecimento com o reajuste

dos valores de bolsas destinadas a profissionais e estudantes, visando reforçar orçamentos com o compromisso em recompor recursos e dar continuidade aos projetos paralisados.

É nesse horizonte de retomada e reestruturação que se destacam duas ações fundamentais vinculadas ao MDA. Primeiramente, a criação do Comitê de Educação, Arte e Cultura do Campo, das Águas e das Florestas no âmbito do Condraf é um marco estratégico. Este Comitê se estabelece como um espaço político-institucional vital para articular, monitorar e garantir que as pautas de educação contextualizada, arte e cultura sejam tratadas de forma intersetorial e prioritária, reforçando a gestão participativa e a coerência entre as políticas.

Em paralelo, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) se reafirma como uma das expressões mais consistentes e necessárias de uma política educativa territorializada. Mais do que um programa de ensino, o Pronera articula a educação formal e não formal diretamente à realidade das comunidades, atuando como um mecanismo de afirmação e reconhecimento. Ele valoriza e incorpora saberes ancestrais, práticas produtivas, identidades culturais e processos de formação política. A formação promovida pelo Pronera fortalece a sucessão rural, valoriza linguagens artísticas como mediação pedagógica e, ao assegurar que o conhecimento produzido nos territórios seja incorporado ao currículo, reafirma a Educação do Campo como um direito e um processo vinculado às lutas e ao protagonismo social.

Essa participação direta e a força de programas como o Pronera asseguram que a aplicação das políticas diminua as vulnerabilidades históricas enfrentadas por essas populações. A reestruturação política em curso é um passo necessário, mas o sucesso definitivo da Educação do Campo reside na capacidade de manter o povo no centro da luta, garantindo através do reconhecimento de sua arte, cultura e conhecimento, a permanência digna em seus territórios e a construção de um futuro sustentável para o Brasil.

Nesse contexto, as ações para a juventude devem ser entendidas como prioridade, pois conectam o desenvolvimento do campo ao direito à cultura. O Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, por exemplo, mostra que para viver bem no campo não basta ter renda; é preciso ter acesso à educação de qualidade, à arte, à cultura, à comunicação e ao respeito à própria identidade. Por isso, defendemos a importância da sucessão cultural: o direito de as novas gerações continuarem os saberes de seus antepassados e criarem novas formas de viver na comunidade.

As políticas para as mulheres rurais também são fundamentais para o fortalecimento da cultura e do Bem Viver, e enfrentam grandes desafios. Mulheres camponesas, indígenas, quilombolas e ribeirinhas lideram a preservação de sementes, receitas tradicionais e rituais que mantêm os territórios vivos. Fortalecer a autonomia e o protagonismo dessas mulheres significa proteger modos de vida e economias solidárias que unem produção e memória. A agroecologia, presen-

te no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e em diversos programas do MDA, é também entendida como paradigma educativo e cultural. Ela articula ciência, tradição, espiritualidade, manejo sustentável, práticas coletivas e valores comunitários, constituindo uma forma de conhecimento que integra cultura e natureza. Ao conectar práticas ancestrais à inovação e à pesquisa participativa, a agroecologia fortalece processos de formação territorializada e amplia a capacidade das comunidades de enfrentar a crise climática.

As políticas alimentares do MDA, como os programas de abastecimento, sistemas agroalimentares e incentivo à sociobiodiversidade, também se relacionam diretamente com as dimensões culturais. A cultura alimentar expressa identidades, memórias e vínculos com o território, manifestando-se em cultivos tradicionais, técnicas de preparo, festividades e práticas culinárias transmitidas entre gerações. Ao fortalecer a produção e o consumo de alimentos culturalmente referenciados, essas políticas preservam patrimônios imateriais e reafirmam a relação entre cultura e soberania alimentar.

Iniciativas específicas como o Programa de Apoio e Fortalecimento ao Etnodesenvolvimento aprofundam essa relação ao reconhecer que povos e comunidades tradicionais produzem organização social, economia, espiritualidade, territorialidade e cultura de forma integrada. Ao apoiar experiências próprias de manejo, produção, rituais, memórias e transmissão intergeracional, o MDA atua no mesmo campo que políticas culturais, ainda que sob outro marco institucional, reforçando que a diversidade cultural é elemento estruturante do desenvolvimento rural.

Outras ações, como aquelas voltadas a territórios quilombolas, povos e comunidades tradicionais, economia da sociobiodiversidade, quintais produtivos, florestas produtivas e programas de pesquisa e inovação, reforçam essa integração entre modos de vida, cultura, educação e sustentabilidade ambiental. Em todos esses casos, a dimensão cultural aparece como condição de continuidade dos sistemas produtivos, de adaptação às mudanças climáticas, de afirmação identitária e de fortalecimento comunitário.

Assim, ao observar o conjunto das políticas do MDA, evidencia-se que elas constituem, em sentido amplo, políticas de fortalecimento cultural, ainda que não nomeadas dessa forma. Elas sustentam práticas educativas, expressões artísticas, transmissão de saberes, preservação da memória, renovação geracional e modos de existência que fazem dos territórios rurais espaços vivos, diversos e profundamente criativos. Essa leitura reforça um ponto central desta Conferência Livre: o desenvolvimento rural sustentável, justo e solidário só será plenamente possível quando a educação, a arte e a cultura forem tratadas como dimensões estruturantes das políticas públicas, reconhecidas em sua potência para fortalecer identidades, promover autonomia e assegurar o Bem Viver nos territórios do campo, das águas e das florestas.

3.

Bases conceituais

As bases conceituais que orientam esta Conferência Livre reconhecem que o desenvolvimento dos territórios rurais, das florestas e das águas depende da articulação indissociável entre cultura, educação, identidade, trabalho, natureza e forma de organização social. A compreensão dessas dimensões parte do reconhecimento da complexidade e da diversidade do meio rural brasileiro, no qual coexistem diferentes modos de vida, sistemas produtivos, tradições culturais, regimes de manejo e formas de sociabilidade que refletem a pluralidade dos povos e comunidades que habitam esses territórios. Essa diversidade desafia visões homogêneas sobre o rural e revela a necessidade de pensar políticas públicas que considerem suas múltiplas expressões, identidades e dinâmicas socioterritoriais.

O conceito de Novas Ruralidades, fundamental para esta reflexão, rompe com leituras dicotômicas que opõem campo e cidade e permite compreender o rural como espaço vivo, multifuncional e híbrido, no qual práticas produtivas coexistem com manifestações culturais, saberes ancestrais, atividades de cuidado, processos educativos e modos próprios de relação com a natureza. Nessa perspectiva, a produção agrícola deixa de ser entendida apenas como atividade econômica e passa a ser vista em sua multifuncionalidade, incorporando dimensões culturais, ambientais, espirituais, simbólicas e comunitárias. Essa compreensão amplia o reconhecimento de que os territórios rurais são espaços de produção de alimentos, conhecimentos, memórias, identidades, tecnologias sociais e experiências de inovação coletiva.

A cultura se apresenta, assim, como expressão viva da sociobiodiversidade e como força estruturante dos modos de vida presentes nos territórios. Ela se manifesta em saberes e fazeres práticos e teóricos, nas técnicas agrícolas, nos objetos, nas celebrações, nas culinárias, nas formas de expressão artística, nos rituais, nas linguagens, nas festas locais e na organização familiar e comunitária. Inclui tanto as tradições dos povos e comunidades tradicionais quanto as práticas culturais das populações rurais em sua pluralidade — agricultores familiares, camponeses, ribeirinhos, extrativistas, pescadoras artesanais, quilombolas, indígenas, assentados da reforma agrária e moradores de pequenas cidades

rurais. Essa amplitude evidencia que a cultura rural é um universo complexo que integra produção, identidade, memória e pertencimento.

Nesse contexto, os saberes tradicionais ocupam posição central. São conhecimentos construídos ao longo de gerações, profundamente enraizados em práticas de manejo, cosmologias, formas de observar o ambiente, técnicas de cultivo e modos de organização comunitária. Esses saberes orientam tanto a conservação ambiental quanto a produção de alimentos culturalmente adequados e sustentáveis, contribuindo para a manutenção dos ecossistemas e para a adaptação das comunidades aos efeitos das mudanças climáticas. A valorização desses conhecimentos é indispensável para o fortalecimento da autonomia comunitária e para a construção de políticas públicas que respeitem e reconheçam a diversidade territorial.

A agroecologia se destaca como paradigma que articula cultura, natureza e produção, funcionando simultaneamente como modelo produtivo, prática educativa, abordagem científica e projeto político. Ela reafirma valores como reciprocidade, solidariedade, diversidade biológica e cultural, cuidado com a terra e com a vida, compreendendo a produção agrícola como processo integrado à dinâmica dos ecossistemas e à história das comunidades. Ao operar como eixo político-cultural, a agroecologia contribui para a transformação dos sistemas alimentares, promovendo soberania e segurança alimentar e articulando o Bem Viver como horizonte de futuro. Nessa perspectiva, ela se torna elemento central para a construção de territórios saudáveis, sustentáveis e socialmente justos.

As mulheres e as juventudes rurais ocupam lugar essencial nessa base conceitual. As mulheres desempenham papel estratégico como guardiãs de sementes, memórias, técnicas de cuidado e organização comunitária, sendo protagonistas na transmissão de saberes e na manutenção da sociobiodiversidade. No entanto, enfrentam desigualdades estruturais que dificultam o reconhecimento de sua contribuição e o acesso a direitos. As juventudes, por sua vez, representam continuidade e inovação, articulando tradições com novos modos de criar, comunicar e transformar. Para que possam permanecer e construir projetos de vida em seus territórios, é necessário que as políticas públicas reconheçam suas expressões culturais, seus desejos e suas formas de participação.

A educação do campo se apresenta como componente fundamental para a manutenção da vida nos territórios rurais, pois articula a aprendizagem às realidades concretas, ao trabalho, à cultura e às necessidades das comunidades. Ao reconhecer a escola como parte do território e lugar de produção de saberes, a educação contribui para a construção de identidades, para o fortalecimento da memória, para a valorização da cultura e para a formação integral das crianças, jovens e adultos. Nessa perspectiva, ela se conecta à luta pela reforma agrária, pela justiça territorial e pela construção de projetos de futuro que assegurem autonomia, dignidade e direitos.

As bases conceituais aqui apresentadas afirmam, portanto, que cultura, arte e educação são elementos estruturantes dos territórios rurais, das florestas e das águas. Elas orientam práticas produtivas, organizam a vida comunitária, fortalecem vínculos de solidariedade, sustentam modos de existir e constituem o fundamento simbólico e material das lutas políticas por terra, território, igualdade e Bem Viver. Essas compreensões fundamentam os debates desta Conferência Livre e orientarão a formulação de propostas capazes de contribuir para a construção de políticas públicas integradas, sensíveis à diversidade e comprometidas com a justiça social, ambiental e cultural no Brasil rural.

A compreensão das bases conceituais desta Conferência Livre também se articula com a visão de desenvolvimento rural sustentável apresentada no processo da 3ª CNDRSS, que reconhece o campo como dimensão estratégica de um projeto de país comprometido com justiça social, soberania alimentar, transição ecológica e fortalecimento da democracia. Nesse horizonte, cultura, educação e arte são componentes essenciais que orientam práticas, produzem sentidos coletivos e fundamentam projetos de futuro construídos a partir dos territórios. Assim, pensar no desenvolvimento rural implica reconhecer que são as pessoas, seus conhecimentos, suas memórias e seus vínculos culturais que sustentam a vida nos territórios e garantem sua continuidade histórica.

O conceito de território, amplamente mobilizado no documento nacional, também constitui referência central para esta Conferência. O território é espaço vivido, tecido por relações de pertencimento, solidariedade, produção, disputa, memória e identidade. Ele contém dimensões simbólicas e políticas que condicionam o acesso a direitos e revelam desigualdades estruturais, especialmente entre populações camponesas, tradicionais e comunidades sob pressão de conflitos fundiários e ambientais. Reconhecer o território como categoria estruturante permite compreender a cultura, a educação e a arte como práticas territorializadas, situadas e interdependentes das dinâmicas comunitárias que lhes dão origem.

Outro elemento importante destacado no documento nacional e incorporado às bases desta Conferência refere-se aos sistemas alimentares culturalmente referenciados. A alimentação é entendida como expressão cultural que reúne saberes culinários, biodiversidade, práticas de manejo, festividades, cerimônias e modos de socializar. A produção, o preparo e o consumo de alimentos carregam histórias e identidades, revelando o vínculo profundo entre cultura, agricultura, natureza e pertencimento. Assim, políticas voltadas ao desenvolvimento rural precisam considerar que a preservação da diversidade alimentar depende da proteção das culturas e dos territórios que lhe dão origem.

O enfrentamento ao racismo ambiental constitui também um fundamento conceitual indispensável. As populações que historicamente conservaram a biodiversidade e os ecossistemas são frequentemente mais expostas aos impactos ambientais, à violência

fundiária, às desigualdades estruturais e à exclusão das decisões sobre o uso do território. Cultura e educação desempenham papel crucial no combate a essas injustiças, pois permitem dar visibilidade às desigualdades, fortalecer identidades coletivas, promover consciência crítica e sustentar processos de resistência e emancipação. Dessa forma, enfrentar o racismo ambiental implica reconhecer que a produção cultural e os sistemas educativos são ferramentas de denúncia, cuidado, reparação e transformação social.

Por fim, a participação social emerge como base conceitual estruturante para esta Conferência. O processo democrático que envolve conselhos, comitês, conferências e outras formas de organização coletiva expressa uma forma de produção de conhecimento baseada na experiência e na pluralidade dos sujeitos. A participação social é, portanto, uma dimensão cultural em si mesma, moldada por práticas de diálogo, negociação, solidariedade e construção coletiva. Integrar essa perspectiva ao debate reforça que as políticas públicas só se tornam eficazes quando reconhecem os povos do campo, das águas e das florestas como protagonistas de suas próprias histórias e como produtores de conhecimento indispensáveis ao país.

Eixo 1: Cultura, diversidade e políticas estruturantes

O modelo do agronegócio predatório, imposto por meio de uma intensa disputa, tem perpetuado a propagação de valores mercantis, reacionários e neocoloniais, representa a reconfiguração e a perpetuação do velho latifúndio, estrutura histórica fundamental na formação de profundas desigualdades na sociedade brasileira. Essa metamorfose do latifúndio utiliza as mídias para impor uma narrativa hegemônica de eficiência aliada ao entretenimento e ao espetáculo, e busca deslegitimar e invisibilizar as culturas e os modos de vida que verdadeiramente organizam os territórios rurais.

Em contraposição, a cultura dos povos do Campo, das Águas e das Florestas constitui a expressão viva da sociobiodiversidade. Longe de se restringir às manifestações artísticas tradicionais, ela envolve um conjunto amplo de práticas e saberes que inclui técnicas agrícolas, rituais, festas, linguagens, conhecimentos ancestrais e arranjos produtivos que articulam trabalho, memória e identidade. Essa compreensão ampliada permite reconhecer que a diversidade cultural é inseparável da diversidade biológica, e que ambas se fortalecem mutuamente. Em territórios onde povos e comunidades mantêm relações profundas com seus ambientes, a cultura é, também, uma forma ativa de cuidado e conservação, influenciando práticas de manejo que garantem a continuidade dos ecossistemas.

A cultura rural, nessa perspectiva ampliada, abrange a multiplicidade de expressões presentes entre povos e comunidades tradicionais (que desempenham papel central na conservação de saberes), agricultores familiares, camponeses, ribeirinhos, extrativistas, assentados, quilombolas e indígenas. Essas populações produzem conhecimento, memória e identidade a partir de seu vínculo com o território, configurando um capital cultural fundamental para a construção de políticas públicas sensíveis à realidade local.

A relação entre cultura e políticas públicas, portanto, aparece de maneira estratégica na necessidade de fortalecer arranjos institucionais que integrem cultura, educação, meio ambiente, desenvolvimento rural e direitos territoriais. A valorização ampliada da arte, da educação e da cultura das populações do campo, das águas e das florestas expressa o compromisso com políticas públicas transversais — fundamento para a garantia de direitos e para a sustentabilidade territorial. Essa transversalidade se materializa na atuação do Comitê Permanente de Educação, Cultura e Arte do Campo, das Águas e das Florestas. O Comitê consolida a compreensão de que essas dimensões são estruturantes das vidas nos territórios e requerem institucionalidade própria, continuidade e articulação interministerial. Nesse sentido, as ações de órgãos como MDA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Ministério da Cultura (Minc) e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) devem ser complementares e convergentes, reconhecendo que a promoção da cultura e da educação no rural é indissociável da defesa dos territórios, da valorização dos saberes locais e da construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

A necessária integração entre políticas culturais, educacionais e ambientais ganha ainda mais centralidade diante da crise climática. A conservação dos ecossistemas depende diretamente dos modos de vida das populações que historicamente mantêm a floresta viva, preservam a sociobiodiversidade e sustentam o equilíbrio dos ambientes. Por isso, torna-se urgente fortalecer políticas articuladas entre meio ambiente, cultura, arte e educação, reconhecendo o papel estratégico das comunidades rurais, dos povos tradicionais e dos agricultores familiares na mitigação dos impactos climáticos e na construção de alternativas sustentáveis de futuro. Essa integração exige direcionamento orçamentário contínuo, mecanismos permanentes de fomento e uma coordenação institucional capaz de promover justiça territorial, climática e cultural.

Nesse contexto, ganha centralidade a noção de etnodesenvolvimento, que reconhece que projetos econômicos, ambientais e culturais precisam estar ancorados nas especificidades dos povos e comunidades, respeitando seus modos de vida e suas formas próprias de organização. A valorização das memórias, das tradições e dos processos formativos que estruturam cada território é condição indispensável para a construção de políticas públicas adequadas, que promovam autonomia, fortalecimento comunitário e

justiça social. A cultura, entendida como dimensão estruturante da vida coletiva, orienta a preservação da sociobiodiversidade e também as formas de resistência e invenção que configuram os territórios rurais como espaços de luta e criação.

Diante desse panorama, diferentes processos participativos, debates setoriais e acúmulos produzidos pelos movimentos sociais, por comunidades rurais e por instituições públicas vêm apontando a necessidade de consolidar políticas estruturantes que reforcem a centralidade da cultura nos territórios do campo, das águas e das florestas. Entre esses encaminhamentos, destacam-se proposições que envolvem a criação de instrumentos nacionais voltados à educação, à arte e à cultura territorializadas; o fortalecimento e a ampliação das ações da Política Nacional da Cultura Viva, com atenção especial aos Pontos e Pontões de Cultura Rurais, valorizando sua capilaridade e seu papel estratégico no apoio à circulação de saberes, à preservação das memórias comunitárias e à formação cultural continuada. Da mesma forma, evidencia-se a necessidade de fortalecer o Programa de Apoio e Fortalecimento ao Etnodesenvolvimento, garantindo que as políticas públicas reconheçam e respeitem as especificidades culturais, territoriais e identitárias dos povos e comunidades tradicionais. Soma-se a isso a urgência de estruturar mecanismos institucionais, câmaras, planos, fundos e programas específicos, capazes de garantir sustentabilidade, continuidade e enraizamento territorial às ações culturais. Essas indicações também se articulam a demandas recorrentes relacionadas à ampliação de programas educativos voltados ao campo, à integração das juventudes e das mulheres em políticas culturais e formativas e ao aperfeiçoamento de instrumentos de cooperação interministerial, de modo que as políticas culturais possam atuar de forma transversal, convergente e sensível às realidades e diversidades socioterritoriais.

Nesse horizonte de fortalecimento institucional e de ampliação das políticas culturais territorializadas, torna-se igualmente fundamental reconhecer a dimensão estratégica da cultura camponesa. A visão estratégica para integrar a cultura camponesa à transformação social e à Reforma Agrária fundamenta-se na transformação agroecológica dos sistemas alimentares e na adoção do paradigma do Bem Viver, compreendendo os Brasis dos campos, águas e florestas como a raiz da vida, fonte de dignidade e eixo para mitigação das mudanças climáticas. Trata-se de um projeto político que reconhece e valoriza as práticas, saberes e modos de vida dos povos dos territórios, entendendo a cultura como força ativa na reorganização destes espaços e na construção de uma sociedade justa, solidária e sustentável. Nesse contexto, a agroecologia é concebida como eixo político-cultural, pois articula sustentabilidade, diversidade cultural e justiça social, constituindo o caminho prático para o Bem Viver.

Nesse mesmo sentido, a cultura camponesa é entendida como dimensão material e simbólica diretamente ligada ao ato de cultivar a terra, origem do próprio conceito de

cultura. Essa ligação estrutural entre trabalho, território e identidade fundamenta a importância da cultura na Reforma Agrária Popular, na qual arte e cultura se afirmam como pilares estratégicos. A superação da invisibilidade histórica da produção cultural desses múltiplos povos exige políticas públicas estruturantes, com ações de fomento, formação, preservação, pesquisa e circulação, além da criação de um programa nacional específico para as culturas dos campos, águas e florestas, nos moldes de outras políticas consolidadas. Para consolidar essa agenda, propõe-se a estruturação de um sistema próprio de cultura camponesa, com câmara setorial, plano nacional, fundo específico e mecanismos de formação continuada. Também se destaca a necessidade de desburocratização do acesso aos recursos, com editais simplificados e descentralização de verbas, bem como a disputa do espaço simbólico dominado pelo agronegócio, fortalecendo narrativas baseadas na diversidade cultural e na agroecologia. O fortalecimento das pequenas cidades rurais como territórios de cultura e a valorização das escolas do campo como pólos de formação e criação artística são elementos centrais dessa estratégia.

Esse projeto reconhece que a transformação somente é possível mediante o protagonismo dos sujeitos sociais envolvidos, valorizando sua diversidade, seus saberes e suas formas próprias de organização. Mulheres camponesas, juventudes, agricultoras(es) familiares, povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais desempenham papel essencial na preservação de saberes, na sucessão rural e na construção de alternativas sustentáveis para o futuro. Assim, a cultura camponesa afirma-se como elemento estruturante para um novo modelo de desenvolvimento territorial, socialmente justo, ambientalmente equilibrado e orientado pelos princípios da agroecologia e do Bem Viver.

Outro elemento relevante diz respeito à disputa simbólica que atravessa o campo brasileiro. Em um contexto no qual narrativas hegemônicas frequentemente invisibilizam as populações rurais e afirmam modelos de desenvolvimento baseados na concentração fundiária e no agronegócio, torna-se essencial fortalecer expressões culturais que afirmam identidades camponesas, agricultoras, extrativistas e tradicionais. A construção de políticas públicas para a cultura no rural, incluindo programas, redes, mecanismos de fomento e formação, constitui uma estratégia para ampliar a visibilidade, o reconhecimento e a capacidade de atuação desses sujeitos. Nesse sentido, experiências como os Pontos de Cultura Rurais, as redes de memória e iniciativas territoriais demonstram que a cultura pode atuar como instrumento de autonomia política e fortalecimento comunitário.

A presença da cultura como eixo estratégico também se conecta ao desafio de enfrentar vulnerabilidades históricas, incluindo desigualdades territoriais, apagamentos culturais, conflitos ambientais e violações de direitos. A cultura funciona como dimensão material e simbólica de resistência, permitindo que comunidades afirmem suas identidades, transmitam saberes, preservem seus territórios e disputem projetos de futuro. A partir desse

entendimento, a Conferência reconhece que pensar políticas de cultura no rural implica estruturar sistemas próprios de fomento, proteção e circulação, bem como fortalecer instâncias de participação social que garantam que povos e comunidades sejam protagonistas na formulação das políticas que lhes dizem respeito.

Assim, o Eixo 1 reafirma que cultura e diversidade são pilares estruturantes para a construção de políticas públicas que promovam justiça, reconhecimento e sustentabilidade nos territórios do campo, das águas e das florestas. A cultura é expressão e força política, organizadora e formadora que sustenta a autonomia das comunidades e constitui base indispensável para o Bem Viver.

Eixo 2: Educação, juventude, mulheres e sucessão rural

A Educação do Campo, das Águas e das Florestas constitui um eixo fundamental para compreender a continuidade dos modos de vida e a sucessão rural nos territórios. Ela articula processos formativos às realidades concretas das comunidades, valorizando saberes locais, práticas ancestrais e a relação intrínseca entre trabalho, natureza e cultura. Diferentemente de modelos urbanos e padronizados de escolarização, a educação do campo se ancora na perspectiva de que a aprendizagem deve emergir das experiências e dos desafios vividos pelas populações. Nesse sentido, os debates acumulados desde a luta por uma Educação Básica do Campo apontam para a necessidade de que as políticas educacionais considerem as especificidades dos territórios, como a alta incidência de turmas multisseriadas (que somam 58,6% das 48.822 escolas rurais no país) e o déficit de formação docente, visto que cerca de 20% dos professores das escolas do campo não têm ensino superior.

Para enfrentar esse cenário — agravado pelo fechamento de 20.471 escolas rurais e a diminuição de 557.842 matrículas nos últimos 12 anos —, a Pedagogia da Alternância se destaca como método pedagógico inovador e central. Ela garante a formação integral ao conciliar o Tempo Escola e o Tempo Comunidade, reconhecendo a escola como parte do território.

Nesse horizonte, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, cuja base são a diversidade cultural e a gestão democrática, afirma-se como modelo de política educativa territorializada, responsável pela formação de 192.764 alunos em 545 cursos entre 1998 e 2024, abrangendo desde a alfabetização até a pós-graduação. Ao lado do Pronera, a retomada do Pronacampo do MEC representa o reconhecimento de interfaces com a necessidade de avanços na área. Os dados do Censo Escolar (2023) mostram que no

Brasil existem 48.822 escolas do campo, totalizando 27,2% das escolas de educação básica no país, e 58% delas funcionam com oferta em turmas multisseriadas — 28.642 escolas. E nesse contexto apenas 17,3% dos jovens de áreas rurais terminam o ensino fundamental.

Para garantir a coerência e a transversalidade de todos esses esforços — da Educação Básica à gestão de programas como Pronera e Pronacampo —, reafirma-se a importância do Comitê de Educação, Arte e Cultura do Campo, das Águas e Florestas no âmbito do Condraf, consolidando a visão de que a educação, a cultura e a arte são dimensões estruturantes da permanência digna e da construção de projetos de futuro nos territórios.

As ações voltadas para a juventude, especialmente o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, também mantêm interfaces diretas com o campo da cultura. A permanência das juventudes no território depende não apenas de oportunidades econômicas, mas também de acesso à arte, à cultura, à comunicação comunitária e à afirmação identitária. A sucessão rural é, antes de tudo, sucessão cultural: envolve continuidade de saberes, transmissão de técnicas e preservação de modos de vida que estruturam a existência comunitária. A juventude rural tem protagonizado práticas artísticas, mídias populares, produções audiovisuais e expressões culturais que consolidam novas formas de pertencimento e renovam a vida comunitária.

As políticas destinadas às mulheres, como o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, evidenciam uma dimensão fundamental: as lutas das mulheres trabalhadoras, camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e extrativistas constituem uma dimensão cultural e política que desafia desigualdades históricas, afirmando um papel essencial na conservação dos territórios, na criação artística, na preservação da memória e na continuidade das práticas socioculturais.

Mulheres do campo desempenham papel central na preservação de sementes crioulas, na transmissão de saberes culinários, na manutenção de rituais, na organização comunitária, na criação de estratégias de cuidado e na gestão de empreendimentos rurais. Essas práticas são profundamente culturais e formam a base de economias solidárias que articulam produção, memória e identidade. Assim, políticas que fortalecem a autonomia produtiva das mulheres contribuem igualmente para fortalecer culturas, modos de vida e sistemas de conhecimento que sustentam os territórios.

A realidade do meio rural é marcada pela grande diversidade de mulheres — trabalhadoras rurais, agricultoras e integrantes de comunidades tradicionais — que, apesar de sua centralidade na produção e na cultura, enfrentam desafios agravados pelas desigualdades de gênero e de classe, como a pobreza e a precariedade no acesso a direitos sociais, civis, culturais e à terra.

A dimensão desses desafios é global: segundo documento da ONU Mulheres Brasil, apenas na América Latina, vivem 58 milhões de mulheres rurais. Elas compartilham

problemas comuns, como a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados, a histórica invisibilidade de sua contribuição produtiva e o baixo acesso aos meios de produção, a trabalho digno e a sistemas de proteção social.

Apesar dessa invisibilização histórica, o protagonismo feminino no campo está em franca ascensão. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, as mulheres representam cerca de 30% da força de trabalho rural e comandam 20% dos empreendimentos do campo. Esse protagonismo está em ascensão, com quase 1 milhão de mulheres à frente da gestão de estabelecimentos rurais no país. A precariedade e a invisibilidade histórica de sua contribuição produtiva são marcantes: quase metade (48%) dessas trabalhadoras não possui vínculo formal, o que limita severamente o acesso a direitos e benefícios essenciais, como licença-maternidade e aposentadoria, além da dificuldade no acesso à terra.

A disparidade salarial também é proeminente, com as trabalhadoras recebendo 20% menos que os homens em funções equivalentes. Além disso, as mulheres lidam com a sobrecarga da dupla jornada de trabalho, que combina o trabalho produtivo com o extenso trabalho doméstico e de cuidados, gerando riscos à saúde devido à exposição a agrotóxicos e à falta de infraestrutura básica nas propriedades.

Para reverter esse quadro e reconhecer a importância da autonomia produtiva e cultural das mulheres, o acesso ao crédito e assistência técnica são fundamentais. O apoio financeiro proporciona o capital necessário para a aquisição de equipamentos, insumos e outros recursos, promovendo empoderamento e independência financeira. Nesse contexto, programas de financiamento como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com destaque para o Pronaf Mulher, e a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) devem considerar as singulares e necessidades das mulheres. A Ater tem o objetivo fundamental reconhecer e divulgar amplamente as práticas positivas para a segurança alimentar e nutricional, embasadas em conhecimentos ancestrais, reafirmando o papel central das mulheres como guardiãs de saberes.

A agroecologia, presente no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e em diversos programas do MDA, é também entendida como paradigma educativo e cultural. Ela articula ciência, tradição, espiritualidade, manejo sustentável, práticas coletivas e valores comunitários, constituindo uma forma de conhecimento que integra cultura e natureza. Ao conectar práticas ancestrais à inovação e à pesquisa participativa, a agroecologia fortalece processos de formação territorializada e amplia a capacidade das comunidades de enfrentar a crise climática.

As políticas alimentares do MDA, como os programas de abastecimento, sistemas agroalimentares e incentivo à sociobiodiversidade, também se relacionam diretamente com as dimensões culturais. A cultura alimentar expressa identidades, memórias e vínculos com o território, manifestando-se em cultivos tradicionais, técnicas de preparo, festividades e

práticas culinárias transmitidas entre gerações. Ao fortalecer a produção e o consumo de alimentos culturalmente referenciados, essas políticas preservam patrimônios imateriais e reafirmam a relação entre cultura e soberania alimentar. Iniciativas específicas como o Programa de Apoio e Fortalecimento ao Etnodesenvolvimento aprofundam essa relação ao reconhecer que povos e comunidades tradicionais produzem organização social, economia, espiritualidade, territorialidade e cultura de forma integrada. Ao apoiar experiências próprias de manejo, produção, rituais, memórias e transmissão intergeracional, o MDA atua no mesmo campo que políticas culturais, ainda que sob outro marco institucional, reforçando que a diversidade cultural é elemento estruturante do desenvolvimento rural.

Outras ações, como aquelas voltadas a territórios quilombolas, povos e comunidades tradicionais, economia da sociobiodiversidade, quintais produtivos, florestas produtivas e programas de pesquisa e inovação, reforçam essa integração entre modos de vida, cultura, educação e sustentabilidade ambiental. Em todos esses casos, a dimensão cultural aparece como condição de continuidade dos sistemas produtivos, de adaptação às mudanças climáticas, de afirmação identitária e de fortalecimento comunitário.

Assim, ao observar o conjunto das políticas do MDA, evidencia-se que elas constituem, em sentido amplo, políticas de fortalecimento cultural, ainda que não nomeadas dessa forma. Elas sustentam práticas educativas, expressões artísticas, transmissão de saberes, preservação da memória, renovação geracional e modos de existência que fazem dos territórios rurais espaços vivos, diversos e profundamente criativos. Essa leitura reforça um ponto central desta Conferência Livre: o desenvolvimento rural sustentável, justo e solidário só será plenamente possível quando a educação, a arte e a cultura forem tratadas como dimensões estruturantes das políticas públicas, reconhecidas em sua potência para fortalecer identidades, promover autonomia e assegurar o Bem Viver nos territórios do campo, águas e das florestas.

4.

Objetivos da conferência

Objetivo Geral

A Conferência Livre de Educação, Arte e Cultura do Campo, das Águas e das Florestas tem como objetivo geral aprofundar o debate sobre as dimensões culturais e educativas que estruturam os modos de vida nos territórios rurais, contribuindo para a construção de propostas a serem integradas ao processo da 3ª CNDRSS. Ao reunir sujeitos com experiências diversas, a Conferência busca criar um ambiente de diálogo capaz de evidenciar a centralidade da cultura, da arte e da educação na organização social, na produção de conhecimentos, na preservação da memória e na construção de projetos de futuro para as populações do campo, das águas e das florestas.

Entre os objetivos específicos, destaca-se a intenção de oferecer um horizonte conceitual que permita compreender as múltiplas ruralidades e suas relações com a sociobiodiversidade, valorizando saberes e fazeres tradicionais, expressões culturais, práticas educativas territorializadas e modos próprios de relação com a natureza. A Conferência propõe-se a identificar questões estruturantes relacionadas à diversidade cultural, ao papel das mulheres e das juventudes, às dinâmicas educativas, às transformações produtivas e ambientais e às desigualdades que marcam a vida nos territórios rurais, estimulando a formulação coletiva de respostas políticas alinhadas aos princípios do Bem Viver, da justiça social e da sustentabilidade.

Outro objetivo fundamental consiste em fortalecer o entendimento de que políticas públicas efetivas dependem da integração entre cultura, educação e desenvolvimento rural, reconhecendo que essas dimensões se articulam na produção de alimentos, na conservação dos ecossistemas, na construção da autonomia comunitária e no enfrentamento do racismo ambiental. A Conferência busca, assim, contribuir para que o processo preparatório da 3ª CNDRSS incorpore a perspectiva cultural e educativa como aspecto central das estratégias de desenvolvimento territorial, orientando a elaboração de propostas consistentes, participativas e sensíveis às realidades diversas dos territórios. Ao

sistematizar essas intenções, a Conferência reafirma seu compromisso com a ampliação dos espaços de participação social, com a democratização do acesso à cultura e à educação e com a promoção do reconhecimento dos povos do campo, das águas e das florestas como sujeitos coletivos que produzem memória, conhecimento, cuidado e inovação. Os objetivos aqui apresentados orientam o percurso reflexivo deste Documento de Referência e organizam os elementos que serão aprofundados nas seções seguintes, em diálogo com as bases conceituais que sustentam a vida e a luta nos territórios rurais.

5.

Metodologia

A metodologia proposta para esta Conferência Livre de Educação, Arte e Cultura do Campo, das Águas e das Florestas será desenvolvida em consonância com as orientações gerais da 3ª CNDRSS.

Ela buscará garantir participação social ampla, diálogo democrático, diversidade de sujeitos e respeito às múltiplas formas de expressão presentes nos territórios rurais. Todo o processo foi desenhado para favorecer a reflexão coletiva, a escuta qualificada e a formulação compartilhada de propostas, envolvendo movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais, educadoras e educadores, agricultoras e agricultores, profissionais da cultura, mestres e mestras, pesquisadoras e pesquisadores, gestoras e gestores públicos.

5.1. Plenária Inicial

Apresentação e Alinhamento Metodológico

A Conferência terá início com uma Plenária Inicial, na qual serão apresentados o contexto político, os objetivos gerais, os eixos temáticos e os fundamentos conceituais deste Documento Orientador. Esse momento servirá para alinhar metodologicamente todas as pessoas participantes, garantindo compreensão comum sobre a relevância da conferência dentro do processo nacional da 3ª CNDRSS.

5.2. Grupos de Trabalho:

Debates Temáticos e Coleta de Contribuições

Após a plenária inicial, as pessoas participantes serão distribuídas em Grupos de Trabalho organizados a partir dos dois eixos centrais deste Documento Orientador. Cada grupo contará com equipes de facilitação, moderação e relatoria, garantindo condições adequadas de diálogo, horizontalidade e registro fiel das contribuições.

Os debates serão orientados pelos conteúdos deste documento, mas terão como prioridade a experiência, o repertório e as demandas trazidas pelas participantes. O processo de formulação das contribuições ocorrerá de forma aberta, valorizando trocas de ideias, análises coletivas, identificação de problemas estruturais e proposições de caminhos para o fortalecimento das políticas públicas.

Todas as contribuições serão registradas em instrumentos colaborativos e transparentes, assegurando que nenhum conteúdo seja perdido e que todas as pessoas possam acompanhar o processo em tempo real.

5.3. Sistematização das Propostas: Organização e Validação Coletiva

Conforme os debates ocorrerem, a equipe de relatoria iniciará o processo de sistematização das contribuições. Essa etapa consistirá em organizar as ideias apresentadas, agrupar propostas semelhantes, evidenciar pontos de convergência e divergência e estruturar o conteúdo de maneira clara, objetiva e fiel às falas dos grupos. Após a sistematização, as contribuições serão devolvidas às pessoas participantes para leitura, ajustes e validação. Esse procedimento garantirá que o documento final represente as discussões realizadas ao longo da conferência.

5.4. Plenária Final: Apresentação, Debate e Priorização das Propostas

A Plenária Final será o momento em que as propostas sistematizadas serão apresentadas ao conjunto das participantes para debate e priorização. Cada proposta será exposta de forma que todas as pessoas tenham condições de compreendê-la e se posicionar.

A priorização será realizada por meio de votação e vinculada às participantes, assegurando transparência, integridade e legitimidade às decisões. As propostas priorizadas irão compor o documento final da Conferência, acompanhadas de observações e comentários referentes ao debate realizado.

Essa plenária concluirá o ciclo metodológico, reafirmando o compromisso com a participação social, o diálogo democrático e a formulação coletiva de políticas públicas. Ao término da conferência, o conjunto das contribuições sistematizadas será encaminhado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condrap) para integração ao processo da 3ª CNDRSS. Com isso, busca-se garantir que as reflexões produzidas no âmbito da educação, da arte e da cultura dos territórios rurais tenham incidência efetiva na elaboração de políticas públicas voltadas à justiça social, à diversidade cultural, à sustentabilidade ambiental e ao Bem Viver.

6.

Considerações finais

As reflexões apresentadas neste Documento de Referência reafirmam que a educação, a arte e a cultura constituem dimensões estruturantes da vida nos territórios do campo, das águas e das florestas, e que sua compreensão exige olhar atento às múltiplas ruralidades presentes no Brasil. A diversidade dos modos de vida, das práticas produtivas, dos saberes ancestrais, das identidades culturais e das formas de organização comunitária revela que os territórios rurais não podem ser reduzidos a categorias homogêneas ou subordinadas às lógicas urbanas e mercantis. Pelo contrário, são espaços de criação, resistência, memória e inovação, cuja riqueza sociocultural desempenha papel decisivo na preservação da biodiversidade, na produção de alimentos e na construção de futuros possíveis baseados na justiça social e ambiental.

Ao longo deste documento, evidenciou-se que cultura, educação e arte são forças que estruturam vínculos de pertencimento, produzem sentidos coletivos, orientam práticas de trabalho e sustentam as lutas por terra, território e direitos. Elas também revelam a complexidade dos desafios enfrentados pelos povos e comunidades tradicionais, pelas mulheres, pelas juventudes e pelas infâncias rurais, que continuam a vivenciar desigualdades históricas, invisibilizações e violências estruturais. Nesse contexto, torna-se fundamental compreender que o fortalecimento das identidades culturais, dos saberes locais, das memórias comunitárias e das práticas agroecológicas é condição indispensável para o desenvolvimento rural sustentável e para a consolidação do Bem Viver como horizonte político.

A Conferência Livre, ao se inserir no processo da 3ª CNDRSS, contribui para ampliar o debate público e fortalecer a participação social na formulação de políticas que integrem cultura, educação, direitos territoriais, soberania alimentar, combate ao racismo ambiental e valorização das diversidades. As bases conceituais aqui apresentadas não propõem conclusões fechadas, mas indicam caminhos analíticos e institucionais que deverão orientar as discussões da etapa deliberativa, garantindo que o acúmulo teórico e político dos

movimentos sociais, das comunidades rurais e das instituições públicas seja reconhecido e incorporado ao processo nacional.

Ao finalizar esta etapa reflexiva, reafirma-se o compromisso com a construção de políticas públicas que respeitem a pluralidade de povos e territórios, que fortaleçam arranjos comunitários e que assegurem condições dignas de vida para quem vive, trabalha e produz no campo, nas águas e nas florestas. Este documento, elaborado de forma coletiva e comprometida, busca servir como instrumento de orientação conceitual, contribuindo para que as propostas futuras estejam ancoradas em princípios de justiça social, igualdade de gênero, diversidade cultural, sustentabilidade ambiental e participação democrática.

Assim, as considerações finais deste documento reiteram que precisamos reconhecer que a centralidade da educação, arte e cultura, implica, portanto, valorizar seus sujeitos, seus saberes, suas memórias e seus projetos de futuro. A Conferência Livre de Educação, Arte e Cultura oferece, portanto, uma contribuição decisiva para que o debate nacional avance na direção da construção de políticas integradas que reafirmem a dignidade, a autonomia e o Bem Viver para todas as populações do campo, das águas e das florestas.

7.

Referências

- ARANTES, Pedro Fiori; CHÃ, Ana Manuela; PERCASSI, Jade. O agro na guerra cultural brasileira: metamorfoses do latifúndio e contra-narrativas populares. *O Mosaico*, Curitiba, v. 21, n. 29, jul.-dez. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Novo Pronacampo: contexto*. Brasília: MEC, [2023 ou s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-pronacampo>. Acesso em: 06 de dez. de 2025.
- BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). *Educação*. Brasília: Incra, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/educacao>. Acesso em: 6 de dez. 2025.
- CARDOSO, Rafael. Mulheres rurais enfrentam informalidade e desigualdade no campo. Agência Brasil, Brasília, 15 out. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-10/mulheres-rurais-enfrentam-informalidade-e-desigualdade-no-campo>. Acesso em: 10 dez. 2025.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-73, out. 2001.
- CASTRO, Mary Garcia (Org.). *Mulheres rurais*. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2020. (Série Cadernos FLACSO; n. 17). Disponível em: https://biblioteca.flacso.org.br/files/2020/10/Caderno_N17.pdf. Acesso em: 27 de nov. 2025.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA (1. : 2007 : Brasília). *Textos-base dos Eixos Temáticos*. Brasília, DF: MinC, 2007.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO (1. : 2008 : Olinda). *Caderno de Propostas*. Olinda, PE: MDA, 2008.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO (2. : 2013 : Brasília). Carta Final da II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável. Brasília, DF: [s.n.], 2013.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO (3. : 2025 : Conferência Temática de Reforma Agrária e Governança Fundiária). Carta da Conferência para Segunda Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR+20). Brasília, DF: [s.n.], 2025.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO (3. : 2025 : Conferência Temática de Reforma Agrária e Governança Fundiária). Documento de Subsídio da Conferência Temática. Brasília, DF: [s.n.], 2025.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO (3. : 2025 : Etapa Setorial de Juventude). Documento de Referência: A construção de uma Agenda Política Estratégica para a Transformação Agroecológica dos Sistemas Alimentares no Brasil. Versão para uso na Setorial de Juventude. Recife: MDA, 2025.

CONFERÊNCIA NACIONAL: POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO (1998: Luziânia). Texto Base. Luziânia, GO: CNBB; MST; UNICEF; UNESCO; UnB, 1998.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (CONDRAF). Resolução CONDRAF Nº 23, de 6 de setembro de 2024. Cria o Comitê Permanente de Educação, Cultura e Arte do Campo, das Águas e das Florestas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável — CPECAF/CONDRAF. Brasília, DF: DOU, 2024.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (Embrapa). Contribuições para a agenda de pesquisa. Brasília: Embrapa, [2018?]. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1161443/1/Contribuicoes-para-agenda-pesquisa.pdf>. Acesso em: 04 de dez. de 2025.

LANDAU, E. C. et al. Mulheres rurais na produção agroecológica de milho no Brasil. Brasília: Embrapa, [2024?]. Disponível em:

www.gov.br/cndrss3

Apoio:



Escola de Formação
Quilombo dos Palmares

Realização:

COMITÊ PERMANENTE DE
EDUCAÇÃO, CULTURA E ARTE
DO CAMPO, DAS ÁGUAS
E DAS FLORESTAS



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR

